



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA**  
**EDITAL TRE-CE Nº 90027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2026.0.000002468-2**

<b>OBJETO:</b>	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para os climatizadores de precisão do DataCenter, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.		
<b>MODALIDADE:</b> ELETRÔNICA	<b>PREGÃO</b>		<b>FORMA:</b>
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:</b> Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.			
<b>UNIDADE REQUISITANTE:</b> Seção de Manutenção - SEMAN			
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> Menor preço			
<b>DIVISIBILIDADE DO OBJETO:</b> ( ) Divisível por item ( ) Divisível por grupo (x) Indivisível			
<b>DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 22 DE MAIO DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:</b> R\$111.790,60 (cento e onze mil setecentos e noventa reais e sessenta centavos).			
<b>MODO DE DISPUTA DE LANCES:</b> ABERTO E FECHADO		<b>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b> NÃO	
<b>APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015:</b> (x) Tipo I (licitação exclusiva) ( ) Tipo II (subcontratação de ME/EPP) ( ) Tipo III (cota principal e reservada) ( ) Não se aplicam.			
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:</b> NÃO <b>PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA:</b> SIM			
<b>RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL)</b> <b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 10 DO EDITAL)</b> As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> . Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: <a href="https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes">https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes</a> . Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal. <b>CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007</b>			

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90027/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90027/2026, visando à contratação do serviço abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para os climatizadores de precisão do DataCenter, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva de 4 climatizadores de precisão do Data Center	22454	mês	12
2	Manutenção corretiva de climatizadores de precisão do Data Center	22454	und	01

1.2. A descrição detalhada do objeto, os requisitos da contratação, o modelo de execução contratual, gestão contratual e pagamentos estão detalhados no Anexo 2 - Termo de Referência.

1.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito à realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 14:00h, mediante agendamento pelo email [seman@tre-ce.jus.br](mailto:seman@tre-ce.jus.br), telefone (85) 3453-3759.

1.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

1.4.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

1.5. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPRASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atendam às exigências do edital e estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Neste certame, a participação foi ampliada para todos os portes de empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.6.9. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União e Sítio do TCU.

2.9.1. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.9 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor global**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a

proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário proposto, por item, com a descrição do objeto, marca e modelo, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do material, marca dos produtos cotados, preço unitário e total por item, por meio de campo próprio do sistema, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Anexar à proposta declaração de vistoria ou declaração de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e financeiras para a execução do objeto e entrega da obra, assumindo todas as condições locais para a execução do objeto.

4.5.2. Os serviços cotados deverão necessariamente atender à especificação do objeto, o ciclo de vida e os requisitos de sustentabilidade descritos no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

4.5.3. O valor correspondente aos serviços de manutenção corretiva nos equipamentos será fixo de R\$33.000,00(trinta e três mil reais), durante a vigência contratual e deverá ser incluído no valor global da contratação a ser lançado no sistema,

conforme consta no item 4.1, sem a possibilidade de redução por ocasião dos lances.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de entregar os produtos especificados, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR GLOBAL**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.



5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa “aberto/fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado

permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.

5.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.21.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

5.21.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

5.21.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.

5.21.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ( [IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias



recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida

conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista [Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. Para fins de habilitação deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.2. comprovante de inscrição no CNPJ ou CPF, se for o caso.

**7.5.3. Para fins de qualificação técnica deverá ser apresentado pela empresa licitante:**

7.5.3.1. Registro ou inscrição da empresa no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

7.5.3.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.5.3.2.1.1 comprovação que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo climatizadores de precisão, com potência térmica igual ou superior a 54 kW (15 TR), incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos, evidenciando experiência em sistemas de climatização voltados a ambientes críticos, como data centers, salas técnicas ou similares.;

7.5.3.2.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.5.3.2.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5.3.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.3.2.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da respectiva certidão de registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) correspondente à execução dos serviços atestados.

7.5.3.2.6. Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente à manutenção de equipamentos de ar-condicionado tipo split, janela ou similares, por não refletirem a complexidade e as especificidades dos climatizadores de precisão destinados a ambientes de missão crítica.

**7.5.4. Para fins de qualificação econômico-financeira deverá ser apresentado pela empresa licitante:**

7.5.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um) ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, forem igual ou inferior a 1.

a). O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

b). As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

c). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II;

7.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.9. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.9.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.9.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.9.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº

14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.17.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.18. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que

sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail [selic@tre-ce.jus.br](mailto:selic@tre-ce.jus.br) ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado ao Núcleo de Pregoeiros deste Tribunal.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 9.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

9.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



9.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email [selic@tre-ce.jus.br](mailto:selic@tre-ce.jus.br)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

10.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

## **11. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, o(a) pregoeiro(a) alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de não celebrar o ajuste caso a situação se mantenha.

11.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º-A da Lei 10522/2002.

11.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

11.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

11.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

11.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.tre-ce.jus.br](http://www.tre-ce.jus.br).

12.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

12.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e subanexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares

- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 28 de abril de 2026.

Seção de Licitações

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2026 - TRE/CE**

**ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA**

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Dados Bancários:

Proposta de preços para fornecimento serviço de manutenção preventiva e corretiva para os climatizadores de precisão do DataCenter, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no edital e Anexo 2 – Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva de 4 climatizadores de precisão do Data Center	mês	12	R\$ .....,.....	R\$ .....,.....
2	Manutenção corretiva de climatizadores de precisão do Data Center	und	01	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
VALOR GLOBAL				R\$ .....,.....	

OBS 1: O valor correspondente aos serviços de manutenção corretiva nos equipamentos será fixo de R\$33.000,00, durante a vigência contratual, não podendo esse valor ser reduzido por ocasião dos lances ofertados.

**Declaramos** que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

**Declaramos** que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90027/2026.

**Declaramos** que possuímos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e financeiras para a execução do objeto e entrega do serviço, assumindo todas as condições locais para a execução do objeto. (PODERÁ SER SUBSTITUÍDA PELA DECLARAÇÃO DE VISTORIA)

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2026 - TRE/CE**

**ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)**

1.1 Contratação de serviço **de manutenção preventiva e corretiva para os climatizadores de precisão do DataCenter**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva de 4 climatizadores de precisão do Data Center	22454	mês	12
2	Manutenção corretiva de climatizadores de precisão do Data Center	22454	und	01

**NATUREZA DO OBJETO**

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no CATSER informado, prevalece o especificado neste instrumento.

**VIGÊNCIA**

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**REAJUSTE**

1.6 O valor da proposta vencedora será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por índice que venha a substituí-lo, após um ano da data do orçamento estimado (§7º, artigo 25, Lei nº 14.133/2021).

1.7 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

3.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado de precisão, marca Mecalor, modelos CPA-U-35-URV-380/CR-60-OE-380 (2 unidades) e CPA-U-18-URV-380/CR-25-OE-380 (2 unidades), com capacidades de 10 TR e 5 TR, respectivamente, totalizando capacidade instalada de 30 TR. Os equipamentos encontram-se instalados no Datacenter do TRE-CE, localizado no térreo do Edifício Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, situado na Rua Dr. Pontes Neto, nº 800, bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE.

3.2. Os serviços serão prestados por mão de obra não residente no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

3.3. Todas as atividades de manutenção deverão estar contidas no Plano de Manutenção dos Climatizadores

de Precisão.

3.4. O Plano de Manutenção dos Climatizadores de Precisão deverá ser elaborado e entregue pela contratada em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

3.5. O Plano de Manutenção dos Climatizadores de precisão deverá contemplar no mínimo:

3.5.1 Plano de manutenções preditivas e preventivas, contendo minimamente as atividades previstas no Anexo I-C do Termo de Referência;

3.5.2 Procedimentos de verificação de falhas através dos códigos de alarmes gerados (TAG) no display do equipamento, relacionados no Anexo I-D do Termo de Referência, bem como atuar em sua solução;

3.5.3 Procedimentos de medição das grandezas elétricas dos pontos de instalação dos diversos equipamentos;

3.5.4 Procedimentos de verificação, limpeza, lubrificação, nível de gás, regulagem, ajustagem e reparos, em todos os seus componentes, sejam eles mecânicos, hidráulicos, eletroeletrônicos ou eletrônicos, ou de acabamento nas unidades evaporadoras e condensadoras pertencentes ao sistema;

3.5.5 Procedimentos de estabilidade dos diversos equipamentos;

3.5.6 Plano de Contingência para eventuais situações de emergência;

3.5.7 Informações adicionais relevantes para a conservação e operação segura dos sistemas e equipamentos.

3.6 As atividades de natureza preventiva, preditiva e corretiva compõe o núcleo dos serviços de manutenção.

3.7 Os serviços de manutenção serão executados conforme discriminado abaixo:

3.7.1 As atividades de natureza preditiva consistem em avaliar os parâmetros de funcionamento de todos os equipamentos, por meio da avaliação de dados coletados, conforme orientações dos fabricantes, com objetivo de se programar uma intervenção programada, a fim de se evitar a interrupção do funcionamento do sistema.

3.7.1.1 Os serviços de natureza preditiva incluem o monitoramento dos parâmetros de funcionamento dos equipamentos, principalmente, temperatura e umidade, bem como medições de grandeza elétricas em desacordo com os valores normais dos equipamentos.

3.7.2 As atividades de natureza preventiva contemplam a verificação e inspeção de todos os equipamentos, inclusive seus acessórios, prevendo substituições em caso de necessidade. Destacam-se como objetivos da manutenção preventiva assegurar o correto funcionamento dos equipamentos ao longo de toda sua vida útil, bem como evitar a ocorrência de falhas. As verificações a serem realizadas e os materiais utilizados devem estar de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

3.7.2.1 Os serviços de natureza preditiva e preventiva serão realizados por iniciativa da contratada com base no Plano de Manutenção contendo minimamente as atividades apresentadas na Tabela - Plano de Manutenção Preventiva conforme Anexo I-C.

3.7.2.2 As atividades de natureza preventiva e preditiva listadas neste documento não são exaustivas, podendo serem acrescidos outros serviços necessários e que façam parte do escopo contratual.

3.7.2.3 Deverão ser adotadas as medidas cabíveis pela CONTRATADA para sanar as possíveis falhas indicadas no display da Evaporadora, relacionadas no Anexo I-D - Procedimentos de Verificação de Falhas.

3.7.3 As atividades corretivas consistirão em reparar todo e qualquer defeito, inconformidade e falha dentro das recomendações dos fabricantes dos equipamentos, como, por exemplo, aqueles de natureza mecânica, elétrica ou de automação, mas não se limitando a estes, que venham a ocorrer durante a vigência do contrato de manutenção.

3.7.3.1 Para fins de manutenção corretiva, a empresa se obriga a manter serviço de pronto atendimento, devidamente dotado dos materiais, equipamentos e ferramentais necessários e com mão de obra especializada disponível, de forma a possibilitar o atendimento com presteza e o restabelecimento do regular funcionamento dos equipamentos/sistemas.

3.7.3.2 A critério da fiscalização, poderá ser solicitado a confecção de Laudo Técnico sobre as condições dos equipamentos e sistemas que necessitarem de manutenções corretivas, incluindo diagnósticos e justificativas para eventuais substituições de peças.

3.7.4 Os equipamentos ou partes que por motivos técnicos não puderem receber os devidos serviços de manutenção no Tribunal, poderão ser retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante o período de manutenção do equipamento fora das instalações da CONTRATANTE. Os custos com



movimentação, retirada e transporte ocorrerão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverão estar contemplados no valor da proposta para prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva.

3.8 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos itens ou peças danificadas que devem ser substituídas, que serão pagos, de acordo com a necessidade de emprego, após autorizados e/ou solicitados pelo CONTRATANTE, mediante indenização.

3.9 A CONTRATADA deverá realizar os serviços de assistência corretiva, por meio do envio de técnico ao local da instalação, a pedido do CONTRATANTE, para eliminação de falhas e/ou outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias.

3.10 Na ocasião da realização da manutenção corretiva, a Contratada deverá preencher a OS própria de atendimento, onde deverão constar os dados gerais - marca, modelo, nº de série/patrimônio, local de instalação, defeito reclamado, serviço realizado, técnico que prestou atendimento, data e horário, sendo que uma via do respectivo impresso deverá permanecer na Seção de Administração Predial.

3.11 A CONTRATADA deverá, no momento da manutenção preventiva ou corretiva, executar os devidos testes, lubrificações, abastecimento de gás, regulagens, ajustes, limpezas e reparos necessários, incluindo a substituição de qualquer componente elétrico, eletrônico, mecânico, hidráulico ou de acabamento, sem exceção. Essa substituição será realizada numa base de troca por outra parte nova ou recondicionada e em perfeito estado de funcionamento, de forma a manter as características originais do equipamento, tornando-se a parte substituída sua propriedade.

3.12 Os serviços mencionados no subitem supra, acompanhados da aplicação de quaisquer materiais complementares necessários aos trabalhos, tais como, ferramentas, instrumentos de medição, lubrificantes, produtos de limpeza, isolantes, esponjosos, etc., correrão às expensas da CONTRATADA.

3.13 A manutenção corretiva agendada deverá ser realizada no período de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 16:00 horas, para normalização do funcionamento do sistema ou outras providências cabíveis.

3.14 A CONTRATADA poderá ser acionada para realizar manutenção corretiva não agendada ou imprevista, devendo fornecer o atendimento em regime de plantão no formato de sobreaviso, 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos finais de semana, principalmente em períodos eleitorais.

3.15 Os chamados deverão ser atendidos em até 04 (quatro) horas, após a solicitação da assistência. Independente do defeito, a regularização da operação deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação de inoperância.

3.16 Caso haja a necessidade de reparo em laboratório ou bancada e não haja a possibilidade do cumprimento dos prazos estipulados acima, a CONTRATADA deverá substituir a parte defeituosa do sistema, provisoriamente, por outra igual ou similar, até a definitiva solução de conserto da primeira, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do encerramento das 48 (quarenta e oito) horas iniciais.

3.17 Caso seja necessária a substituição de peças defeituosas, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, que deverá autorizar a substituição.

3.18 Caso possua alguma das referidas peças em estoque, o CONTRATANTE poderá fornecê-las à CONTRATADA para execução dos serviços.

3.19 O custo das peças substituídas não estão inclusas no valor do serviço de manutenção, e deverá ser cobrado pela CONTRATADA separadamente, ou fornecidos diretamente pelo CONTRATANTE.

3.20 Para fins de precificação das peças, a CONTRATADA deverá apresentar 03 (três) cotações válidas e atualizadas, que serão analisadas pela Fiscalização e, caso sejam aprovadas, será admitido o menor dos preços apresentados.

3.21 A critério da Fiscalização poderá ser efetuada cotação institucional para subsidiar a autorização de substituição de peças que serão indenizadas.

3.22 Os insumos consumíveis e necessários à prestação dos serviços, a saber, gás refrigerante, filtros de ar, parafusos, porcas, pregos, arruelas, óleo de lubrificação, buchas, graxa, cola, líquidos para limpeza, lixas, solda, entre outros, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

3.23 As peças e equipamentos removidos deverão ser devolvidos à CONTRATANTE para avaliação da sua real necessidade de substituição.

3.24 Caso o CONTRATANTE comprove a ocorrência de substituições sem a real necessidade, a CONTRATADA fica obrigada a devolver os valores das peças e equipamentos corrigidos pelo IPCA, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

3.25 As peças, equipamentos e materiais fornecidos deverão seguir as especificações dos equipamentos

existentes e possuir, no mínimo, as mesmas características técnicas das já existentes.

3.26 Produtos similares deverão sempre atender às necessidades a que se destinam e garantir os mesmos padrões de qualidade, durabilidade, estética e eficiência dos materiais já existentes, devendo ser apresentados e aprovados pelo CONTRATANTE.

3.27 A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos para manutenção fora das dependências do CONTRATANTE após autorização formal deste, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que deve ser instalado, bem como, pelas despesas operacionais decorrentes.

3.28 Todas as peças e equipamentos fornecidos deverão seguir os padrões adotados pelo CONTRATANTE, ser compatíveis com os componentes existentes, ser comprovadamente de primeiro uso e deverão atender rigorosamente:

3.28.1 Às normas, especificações e recomendações constantes nos manuais dos fabricantes;

3.28.2 Às normas da ABNT;

3.28.3 Às disposições legais da União e dos respectivos estados e Distrito Federal, onde o CONTRATANTE possua sede.

3.29 Caso algum modelo de peça existente seja descontinuado, a CONTRATADA deverá propor a utilização do respectivo substituto, que atenda aos requisitos de similaridade com os equipamentos existentes e integralidade com o sistema como um todo.

3.30 A utilização de peças e equipamentos substitutos fica condicionada à aprovação do CONTRATANTE.

### **3.31 GARANTIA TÉCNICA**

3.31.1 Todas as peças e equipamentos fornecidos deverão possuir garantia técnica pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

3.31.2 A CONTRATADA deverá entregar os Certificados de Garantia emitidos pelos fabricantes das peças e equipamentos fornecidos;

3.31.3 É responsabilidade da CONTRATADA a manutenção de uma planilha atualizada, contendo a relação das peças novas que foram instaladas, acompanhada da respectiva data de instalação, prazo de garantia, número serial (se aplicável) e demais informações relevantes.

3.32. Deverá ocorrer reunião de planejamento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

3.33. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com o faturamento mensal, relatório detalhado das manutenções realizadas no mês anterior, informando:

3.33.1 A quantidade e quais os itens que sofreram manutenção (preventiva e/ou corretiva) no mês, informando data e hora de abertura/encerramento do chamado, quem autorizou, quais peças foram substituídas, qual o tipo de manutenção e outras observações pertinentes;

3.33.2 Eventuais atualizações de software realizadas, incluindo a data, hora, responsável, versão antiga e versão de atualização, e outras observações pertinentes.

3.33.3 As providências necessárias e/ou já adotadas ao bom funcionamento do sistema.

### **3.34 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

3.34.1 A CONTRATADA manterá todos os componentes e sistemas em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva necessários a permitir a operação dos climatizadores de precisão, sem alterar as características técnicas dos mesmos.

3.34.2 Após o término da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá apresentar relatório detalhado dos procedimentos realizados.

3.34.3 O roteiro da manutenção preventiva será baseado nas rotinas mínimas, conforme ANEXO I-C – Plano de Manutenção Preventiva, nas normas técnicas pertinentes e nas recomendações dos fabricantes.

3.34.4 Eventuais acréscimos de atividades indicadas no Plano de Manutenção Preventiva conforme, Anexo I-C, poderão ser propostos pela CONTRATADA – e aprovados pelo CONTRATANTE até o limite estabelecido pela legislação vigente.

3.34.5 As manutenções preventivas que necessitem da paralisação parcial ou total do sistema deverão ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em períodos noturnos, fins de semana ou feriados.

3.34.5.1 A CONTRATADA deverá informar a necessidade de paralisação parcial ou total do sistema e solicitar

agendamento para sua realização ao CONTRATANTE.

### **3.35 DA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

3.35.1 A manutenção corretiva consiste no conserto de defeito ou falha de funcionamento nos componentes dos Climatizadores de precisão deverá abranger:

3.35.1.1 Troca de peças e equipamentos

3.35.2 As peças danificadas que estiverem no período de garantia, conforme descrito no item 4.28, deverão ser substituídas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.36.3 A manutenção corretiva dar-se-á através da abertura de chamado técnico pelo CONTRATANTE, que, preferencialmente, o fará via correio eletrônico (e-mail) ou outro meio que possibilite o registro para consultas futuras, descrevendo todas as informações relevantes para a análise da CONTRATADA:

3.36.3.1 Ao receber o chamado técnico, a CONTRATADA deverá gerar Ordem de Serviço, que deverá ser finalizada, conforme acordo de nível de serviço;

3.36.3.2 Alternativamente poderão ser considerados como chamados as mensagens automáticas de falhas do sistema que sejam redirecionadas para a CONTRATADA;

3.36.4.3 Todas as solicitações deverão ser registradas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

3.36.4 Para efetivação dos chamados, a CONTRATADA deverá manter atualizado, junto à CONTRATANTE, os números dos telefones dos técnicos envolvidos com a prestação dos serviços.

3.36.5 Caso seja necessária a substituição de peças defeituosas, a CONTRATADA deverá solicitar a autorização do CONTRATANTE, conforme o disposto neste Termo de Referência.

3.36.6 Casos excepcionais, em que os serviços não puderem ser atendidos dentro do prazo estabelecido, a dilatação deste poderá ser aceita pelo CONTRATANTE, desde que seja solicitada pela CONTRATADA com as devidas justificativas.

3.36.7 Após a conclusão do serviço de manutenção corretiva por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá verificar o correto funcionamento do equipamento e a qualidade dos eventuais reparos para, assim, atestar a Ordem de Serviço:

3.36.7.1 Caso seja diagnosticada alguma falha, defeito ou desconformidade com as especificações, a CONTRATADA deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

### **3.37 RELATÓRIOS E LAUDOS:**

3.37.1 Ao longo dos serviços a contratada deverá apresentar relatórios e laudos que auxiliarão na comprovação da prestação desses serviços e informarão sobre a condição de alguns sistemas.

3.37.1.1 Mensalmente, junto à fatura para pagamento, a contratada deverá apresentar a fiscalização um relatório de serviços que incluirá as atividades realizadas ao longo do período deverá conter no mínimo as informações descritas a seguir:

3.37.1.1.1 Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento.

3.37.1.1.2 Registro de todas as ordens de serviço executadas e os atendimentos realizados decorrentes de chamados incluindo ainda o tempo de atendimento.

3.37.1.1.3 Listagem de todas as eventuais peças, insumos e materiais aplicados, inclusive os itens de caráter consumível.

3.37.1.1.4 Condições inadequadas encontradas ou eminências de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

3.37.1.1.5 Procedimentos e ações que podem ser adotados para melhorar o funcionamento dos sistemas e equipamentos.

3.37.1.1.6 Acidentes de trabalho porventura ocorridos bem como as providências adotadas para que eles não se repitam.

3.37.1.1.7 Registro fotográfico dos serviços solicitados pela fiscalização, principalmente quando da troca de peças e instalações/remanejamento de equipamentos separados por ordem de serviço.

3.37.1.2 Os dados e informações presentes nos relatórios mensais devem ser apresentados de forma que se facilite sua compreensão devendo valer-se de gráficos e tabelas. Esses gráficos e tabelas podem inclusive ser comparados com dados de meses anteriores para evidenciar tendências.

3.37.1.3 A contratante poderá, a qualquer momento, solicitar modificações nas informações e no formato de apresentação dessas informações e em qualquer outro ponto dos relatórios apresentados.

3.37.1.4 Em todos os serviços de natureza corretiva deve ser elaborado relatório contendo no mínimo as seguintes informações:

3.37.1.4.1 Data.

3.37.1.4.2 Designação do(s) equipamento(s), elemento(s) ou sistema(s) reparado(s).

3.37.1.4.3 Número do chamado/ordem de serviço e horário de sua abertura, se couber.

3.37.1.4.4 Horário e data de início dos serviços.

3.37.1.4.5 Horário e data de término dos serviços.

3.37.1.4.6 Causas do defeito em caso de paralisações do sistema ou equipamento.

3.37.1.4.7 Peças, materiais e insumos aplicados, caso pertinente.

3.37.1.4.8 Medidas adotadas para solucionar o problema, se couber.

3.37.1.4.9 Outras informações julgadas importantes pela equipe técnica.

3.37.2 Sempre que a equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará entender necessário caberá a Contratada fornecer laudos avaliando a situação dos equipamentos do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

3.37.3 Deverá ser apresentado anualmente um Relatório de Inspeção – RIA (Relatório de Inspeção Anual) por meio de vistoria do responsável técnico, com inspeção completa nos climatizadores de precisão dos quesitos de segurança, integridade, funcionamento e outros, conforme normativos técnicos e exigências legais da unidade da federação. A vistoria relativa a esse RIA seria realizada 30 (trinta) dias antes do aniversário do contrato e o relatório seria entregue até o aniversário do contrato.

3.37.4 Sempre que necessário, os laudos devem ser registrados no CREA-CE.

3.37.5 Os relatórios e laudos deverão ser apresentados em PDF e enviados por e-mail para fiscalização.

3.37.6 Todos os relatórios técnicos deverão ser assinados pelo responsável técnico pela manutenção e supervisor técnico dos serviços

### **3.38 DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.38.1 A CONTRATADA deverá manter pessoal capacitado em Fortaleza, para que os serviços sejam prestados com agilidade e eficiência:

3.38.1.1 A CONTRATADA deverá informar, em no máximo 15 dias úteis da assinatura do contrato, a lista de pessoal capacitado e autorizado para a prestação dos serviços, devendo prestar atendimento ao CONTRATANTE, mesmo antes da apresentação formal da equipe;

3.38.1.2 A CONTRATADA se responsabilizará integralmente por quaisquer ônus ou danos causados em decorrência da prestação dos serviços, seja ele executado por pessoal próprio ou terceirizado;

3.38.1.3 A qualquer momento, o CONTRATANTE poderá exigir a substituição imediata dos prestadores de serviços cuja conduta seja julgada incompatível com o exercício de suas funções ou em desacordo com as normas disciplinares.

3.38.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de Ordem de Serviço que possibilite o CONTRATANTE acompanhá-las e atestá-las quando os serviços forem finalizados a contento.

3.38.3 A CONTRATADA fornecerá, às suas expensas, todos os equipamentos e ferramental de trabalho (como por exemplo: escadas, equipamentos de proteção individual, chaves de fenda, andaimes, instrumentos de medição, furadeiras e máquinas elétricas, entre outros), e tudo o mais que for necessário à perfeita execução dos serviços;

3.38.3.1 O transporte de materiais, ferramentas, pessoal e equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.38.4 Para qualquer serviço em que a CONTRATADA incorrer em imperícia, descuido, incompetência ou quaisquer outros atos comprovados que levem a induzir ou provocar danos de qualquer natureza a qualquer equipamento, peça, ou instalação do CONTRATANTE, inclusive aqueles que estejam fora do escopo do objeto desta especificação, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela recuperação e/ou reparos necessários.

### **CICLO DE VIDA**

O ciclo de vida da presente contratação compreende as etapas de planejamento, seleção do fornecedor,

gestão e fiscalização contratual, e encerramento, abrangendo todo o período de execução dos serviços e os procedimentos correlatos.

Na fase de planejamento, são definidos o escopo, os requisitos técnicos, as especificações de desempenho e a estimativa de custos, bem como a justificativa da necessidade e o alinhamento com os objetivos estratégicos do órgão. Nessa etapa, são considerados os dados obtidos em contratações similares e em pesquisas de preços realizadas por unidades técnicas do Tribunal, de modo a assegurar a aderência às práticas de mercado e a economicidade da futura contratação.

Na fase de seleção do fornecedor, será adotado o pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço global, contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma integrada, em razão da interdependência entre as atividades e da necessidade de garantir atendimento técnico contínuo. A minuta contratual contemplará as condições de execução, prazos de atendimento, garantias, fornecimento de peças originais ou homologadas e obrigações da contratada e da Administração.

Na fase de gestão contratual, caberá à unidade requisitante e à fiscalização designada acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento do cronograma de manutenções preventivas e a pronta execução das manutenções corretivas, além da emissão de relatórios técnicos e medições mensais. Serão observados os padrões de qualidade, desempenho e disponibilidade operacional dos equipamentos, de modo a assegurar a continuidade dos serviços críticos do Data Center.

Por fim, na fase de encerramento, será realizada a avaliação da execução contratual, com verificação do cumprimento integral das obrigações, registro de eventuais ocorrências e análise de desempenho da contratada, permitindo subsidiar futuras contratações. Todo o processo será devidamente documentado, de forma a garantir a rastreabilidade, a transparência e a conformidade com os normativos vigentes.

#### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)**

##### **SUSTENTABILIDADE**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental em todas as etapas da execução dos serviços, priorizando o uso racional de recursos naturais, a redução do consumo de energia elétrica e o manejo adequado de resíduos e materiais descartáveis.

4.1.2. Os fluidos refrigerantes utilizados nos equipamentos deverão estar em conformidade com o Protocolo de Montreal e demais normas ambientais vigentes, sendo vedado o uso de substâncias que agredam a camada de ozônio ou possuam alto potencial de aquecimento global.

4.1.3. As peças e componentes substituídos deverão ser, sempre que possível, recicláveis ou provenientes de materiais de baixo impacto ambiental, observadas as especificações técnicas dos fabricantes e as normas de segurança aplicáveis.

4.1.4. A contratada deverá adotar procedimentos de descarte ambientalmente adequado para óleos, filtros, resíduos metálicos, materiais elétricos e eletrônicos, conforme as normas da ABNT e as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.5. Deverá ser incentivado o reaproveitamento e a destinação correta de materiais que possam ser reciclados, mediante encaminhamento a cooperativas ou empresas licenciadas para tratamento e reciclagem de resíduos.

4.1.6. Sempre que possível, deverão ser priorizadas práticas que reduzam o consumo de energia, como a calibração correta dos sistemas, limpeza de serpentinas e filtros e manutenção de eficiência dos compressores e ventiladores, contribuindo para a eficiência energética do Data Center.

4.1.7. A contratada deverá manter registros atualizados das ações e práticas de sustentabilidade adotadas, apresentando relatórios à fiscalização sempre que solicitado, de modo a permitir o acompanhamento das medidas implementadas e seus resultados.

4.1.8. A execução dos serviços deverá observar as normas e recomendações ambientais aplicáveis, em especial as Resoluções CONAMA pertinentes, as normas ABNT NBR 16401 e NBR 10004, e demais regulamentações correlatas.

##### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.2 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

no percentual de 10% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

#### 4.2.1 Necessidade de Garantia Contratual - Justificativa:

Considerando o disposto no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, que permite à Administração exigir do contratado a prestação de garantia em percentual de até 5% do valor inicial do contrato, podendo ser elevado até 10% em razão da natureza, vulto, complexidade técnica ou riscos envolvidos na execução, justifica-se a adoção do percentual máximo de 10% para o presente contrato.

A manutenção preventiva e corretiva dos climatizadores de precisão do DataCenter envolve equipamentos de alta criticidade, indispensáveis à disponibilidade e continuidade dos serviços de tecnologia da informação da instituição. Tais equipamentos garantem condições ambientais adequadas ao funcionamento dos servidores e sistemas, sendo que falhas na execução contratual podem ocasionar danos relevantes, interrupções de serviços essenciais e prejuízos materiais significativos.

Além disso, trata-se de equipamentos de alto valor agregado, que demandam intervenções técnicas especializadas, utilização de peças originais, mão de obra qualificada e resposta imediata em situações de falha, fatores que aumentam o grau de risco da execução contratual.

Dessa forma, o percentual de 10% de garantia contratual mostra-se proporcional e necessário para assegurar a adequada execução do objeto, mitigar riscos de inadimplemento e resguardar o erário contra eventuais prejuízos, estando plenamente amparado pelo §3º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato

4.4 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **VISTORIA**

4.12 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 14:00 horas.

4.13 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

5.1.1.1. As manutenções de natureza preventiva serão realizadas de maneira periódica, seguindo a frequência e rotinas preestabelecidas no Plano de Manutenções, este último definido pela Contratada em acordo com a equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

5.1.1.2. As manutenções corretivas incluem o atendimento técnico emergencial, fornecimento e aplicação de quaisquer peças de reposição, materiais e consumíveis a fim de promover o reparo de equipamentos ou acessórios ou ainda quando for detectada, em qualquer instante, a necessidade de recuperação, substituição de peças para a correção de inconformidades, de desempenho insuficiente e correções de condições que prejudiquem o funcionamento dos equipamentos ou sistemas. O início dos serviços ocorrerá com a abertura de ordem de serviço pela fiscalização do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: encontra-se detalhado no item 3 -ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇOS



## **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Dr. Pontes Neto, 800, Luciano Cavalcante, Fortaleza/Ce

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08:00h às 14:00h

5.3.1 O horário de prestação do serviço poderá ser alterado a depender do interesse da Administração.

## **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

5.7 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

5.8 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de comunicação instantânea por rádio bidirecional para realizar a comunicação direta entre a fiscalização e o supervisor e técnicos da CONTRATADA.

5.8.2 Para abertura de chamados nos horários não comerciais a CONTRATADA deverá disponibilizar um número de telefone específico para a CONTRATANTE solicitar o atendimento necessário.

5.8.3 A empresa contratada deverá manter os equipamentos e as instalações objeto deste Termo de Referência em perfeitas condições de funcionamento e segurança, por meio de manutenções permanentes, preventivas e corretivas, executando-as com pessoal técnico comprovadamente qualificado, sem qualquer despesa adicional para o Tribunal.

5.8.4 A empresa deverá disponibilizar um meio de transporte (veículo) para que a equipe de manutenção possa se deslocar e realizar atendimento no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

5.8.5 A empresa deverá arcar com todos os custos relacionados a eventuais retiradas, movimentações e transporte de peças e equipamentos para manutenção.

5.8.6 Deverão estar inclusos nos preços todos os custos relacionados à emissão de ART's e elaboração de laudos técnicos de peças e equipamentos.

5.8.7 Engenheiro Mecânico ou similar deverá ser indicado como responsável técnico pela execução e acompanhamento dos serviços, vistorias, além de responsabilizar-se por todas as manutenções, relatórios e laudos emitidos. O Engenheiro deverá ter registro ativo no CREA/CONFEA, devido às complexidades técnicas inerentes ao sistema de Climatização de precisão.

5.8.8 Deverá ser considerado nos custos fixos das manutenções, todos aqueles relacionados ao descarte e reciclagem de materiais ou resíduos resultantes das manutenções em conformidade com o item, "Critérios de Sustentabilidade", previsto neste documento.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021)**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **PREPOSTO**

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.1 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto

da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.1 As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 19, §1º)

### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.9 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.10 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **GESTOR DO CONTRATO**

6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de

responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **OBRIGAÇÕES**

6.24 São obrigações da Contratante:

6.24.1 Designar representante com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;

6.24.2 Comunicar, imediatamente, à empresa qualquer irregularidade ou falha apresentada nos locais onde foram executados os serviços, para refazer os serviços, caso necessário;

6.24.3 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação;

6.24.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas;

6.24.5 Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência.

6.25 São obrigações da Contratada:

6.25.1 Executar os serviços observando rigorosamente o estabelecido nas normas técnicas correspondentes;

6.25.2 Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho e fornecer aos seus empregados os equipamentos de proteção individual previstos em lei, bem como o treinamento visando sua correta e frequente utilização;

6.25.3 Informar, após a assinatura do contrato, número de telefone, fax e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da empresa, a fim de poder receber as notificações e comunicações do TRE-CE;

6.25.4 Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

## **7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)**

### **MEDIÇÃO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I-B.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **RECEBIMENTO**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.6.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.8.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.8.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **LIQUIDAÇÃO**

7.12 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº

14.133/2021.

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.20.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

#### **FORMA DE PAGAMENTO**

7.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR ( art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL

#### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **8.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,

acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.4 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.5 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.3.7 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.3.8** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**8.4.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.4.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.4.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.4.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.4.5** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.4.6** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.4.7** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.4.8** A etapa de habilitação compreenderá ainda:

**8.4.8.1** Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

**8.4.8.2** Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

**8.4.8.3** Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

**8.4.8.4** Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

**8.4.8.5** Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

**8.4.8.6.** Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

#### **8.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.5.1** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

**8.5.2** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação

das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.5.3 Nos casos de entrega parcelada, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

8.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **8.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.6.1 Registro ou inscrição da empresa no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

8.6.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.2.1.1 comprovação que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo climatizadores de precisão, com potência térmica igual ou superior a 54 kW (15 TR), incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos, evidenciando experiência em sistemas de climatização voltados a ambientes críticos, como data centers, salas técnicas ou similares.;

8.6.2.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.2.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6.2.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da respectiva certidão de registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) correspondente à execução dos serviços atestados.

8.6.2.6. Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente à manutenção de equipamentos de ar-condicionado tipo split, janela ou similares, por não refletirem a complexidade e as especificidades dos climatizadores de precisão destinados a ambientes de missão crítica.

## **9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ( art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)**

9.1 As propostas enviadas pelas licitantes serão compostas por duas parcelas, conforme disposto no item 1.1 deste Termo de Referência: a primeira parcela referente ao valor das 12 (doze) mensalidades da manutenção preventiva e a segunda parcela referente ao valor previsto para a manutenção corretiva.

9.2 Considerando que a parcela relativa à manutenção corretiva possui natureza eventual e indenizatória, tal parcela não será objeto de lances no sistema eletrônico, devendo permanecer com valor fixo e invariável de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais) durante toda a fase competitiva do certame.

9.3 A fase de lances do Pregão Eletrônico incidirá exclusivamente sobre a parcela relativa à manutenção preventiva, sendo o valor global da proposta final correspondente à soma do valor ofertado para a manutenção preventiva e do valor fixo previamente definido para a manutenção corretiva.



9.4 Para fins de julgamento e classificação das propostas, será considerado o menor valor global, observado que apenas a parcela relativa à manutenção preventiva poderá sofrer redução em decorrência dos lances apresentados no sistema eletrônico.

## **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea "j", da Lei nº 14.133/2021)**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

## **11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 A fiscalização do Contrato caberá ao(a) servidor(a) Chefe da SAPRE e como substituto(a) Coordenador da COAPA.

11.2 A gestão do Contrato caberá ao(a) servidor(a) Coordenador da COAPA e como substituto(a) Secretário de Administração.

## **12 - PENALIDADES**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 12.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 12.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)

Gladstone F. B. Lima  
Chefe SEMAN  
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)

Felipe Leão Araújo  
Téc. Judiciário SAPRE  
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)

Cláudio Emmanuel Dantas Medeiros  
Coordenador da COAPA  
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)

Hugo Pereira Filho  
Secretário SAD

#### Anexo I-A - Prazo para serviços

ITEM	SERVIÇO	PRAZO DE INÍCIO	PRAZO DE CONCLUSÃO
1	Emissão de laudos técnicos	2 dias	2 dias
2	Falhas nos sistemas de comando e proteção	1 dia	2 dias
3	Troca de peças	1 dia	2 dias
4	Troca de peças que necessitam vir de fora da cidade	1 dia	5 dias

#### Anexo I-B - Instrumento de Medição do Resultado - IMR

QUESITO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO	GRAU
1 – Tempo de execução dos serviços	Atraso de 1 dia no atendimento de chamado.	Fiscalização e OS	1
	Atraso de mais de 1 hora no atendimento a serviços emergenciais	Fiscalização e OS	2
	Atraso de 1 dia na conclusão de serviço	Fiscalização e OS	1
	Atraso de mais de 2 horas na conclusão de serviços emergenciais	Fiscalização e OS	4
	Descumprimento de prazos acordados com a Fiscalização para serviços programados	Fiscalização e OS	2
2 – Uso de equipamentos de proteção coletiva e individual	Recusar-se a substituir profissional após solicitação justificada da Fiscalização	Fiscalização e Relatórios	3
	Falta de identificação dos prestadores com crachá	Fiscalização	1
	Execução de serviços sem equipamentos de proteção ou equipamentos em condições deterioradas	Fiscalização	2
3 – Avaliação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços	Emprego de funcionário desqualificado para execução dos serviços	Fiscalização e Relatórios	3
	Verificar a ocorrência de realização de atos ilegais ou imorais por funcionários	Fiscalização	2
	Descumprir os horários da escala de trabalho	Fiscalização	1
4 – Avaliação dos relatórios dos serviços	Apresentar relatórios sem as informações exigidas no Termo de Referência	Fiscalização	2
	Deixar de entregar relatórios mensais ou laudos solicitados ou entregá-los fora do prazo estabelecido	Fiscalização	3
5 – Cumprimento das rotinas mínimas de manutenção	Descumprir até 5 atividades previstas no plano de manutenção em um período de 30 dias	Fiscalização e Relatórios	1
	Descumprir mais de 5 atividades previstas no plano de manutenção em um período de 30 dias	Fiscalização e Relatórios	2
	Não adequar rotinas de manutenção quando solicitadas pela Fiscalização	Fiscalização e Relatórios	3
6 – Tempo entre falhas	Ocorrência de manutenções corretivas de um mesmo equipamento em um período menor do que 1 mês	Fiscalização e Relatórios	4
	Ocorrência de manutenções corretivas de um mesmo equipamento em um período menor do que 3 meses	Fiscalização e Relatórios	3
	Ocorrência de manutenções corretivas de um mesmo equipamento em um período menor do que 6 meses	Fiscalização e Relatórios	2
7 – Limpeza	Verificação de sujeira na subestação ou oficina ou escritório da empresa	Fiscalização	1
8 – Acabamento do serviço	Execução de serviços incompleta ou paliativa	Fiscalização	1
	Dano a equipamentos por imprudência ou imperícia	Fiscalização e Relatórios	1
	Fornecimento de informação incorreta à Fiscalização	Fiscalização	2
	Danificar equipamento por omissão, imperícia ou intempestividade na atuação	Fiscalização e Relatórios	5
9 – Satisfação dos usuários	Registro de uma ou mais reclamações da prestação de serviços por usuários	Fiscalização e Relatórios	1

#### MENSURAÇÃO

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Glosa de 0,5% sobre o valor da Fatura de Serviços por evento
2	Glosa de 1,0% sobre o valor da Fatura de Serviços por evento
3	Glosa de 2,0% sobre o valor da Fatura de Serviços por evento
4	Glosa de 3,5% sobre o valor da Fatura de Serviços por evento
5	Glosa de 5,5% sobre o valor da Fatura de Serviços por evento

#### Anexo I-C - Plano de Manutenções Preventivas

Manutenção Preventiva - Geral				
Código	Item	Frequência	Procedimento	Observações
A-1	Estrutura de Pintada	Mensal	Verificar o estado geral da pintura do gabinete e realizar os retoques caso necessário	Especificações das cores do gabinete: cor branca: RAL 9003 cor preta: RAL 9005
A-2	Isolação da tubulação	Semestral	Verificar as condições da isolação das tubulações e substitua as isolações que estiverem danificadas	As isolações danificadas ou com umidade excessiva devem ser substituídas
A-3	Vibração	Semestral	Verificar se há vibração excessiva no equipamento.	Verificar possíveis trincas em pontos soldados.
			Coloque a mão no corpo do compressor e visualmente verifique a tubulação, esse procedimento é necessário para se obter um padrão de referência quanto a vibração normal do equipamento	
A-4	Fixação dos componentes	Semestral	Verificar a fixação dos motores: ventilador e compressor	Reapertar parafusos soltos.
A-5	Filtro de ar	Mensal	Verificar estado dos filtros de ar	Substituir caso esteja saturado ou danificado.
A-6	Porta do equipamento	Mensal	Abrir e fechar a porta	A porta deve estar alinhada e fechando sem dificuldade.
A-7	Fechos da porta do equipamento	Mensal	Fechar a porta e travá-la em seguida, destravá-la	Não deve haver interferências entre o fecho e a porta A porta deve estar pressionada contra a borracha de vedação e não permitir folgas.
A-8	Alinhamento e fechamento da chaparia	Mensal	Verificar o alinhamento das chapas de fechamento do gabinete	Devem estar alinhadas e não haver parafusos sem fixação.
A-9	Isolação do quadro elétrico	Mensal	Verificar fixação da vedação e possíveis danos a vedação do quadro.	Realizar a substituição da vedação do quadro elétrico.

Manutenção Preventiva - Mecânica				
Código	Item	Frequência	Procedimento	Observações

B-1	Ventilador	Mensal	Verificar se há vibração excessiva no ventilador	Reaperte os parafusos
			Verificar a limpeza do ventilador	Limpe o ventilador
B-2	Evaporador	Semestral	Verificar se há necessidade de efetuar a limpeza das aletas do evaporador.	Limpe as aletas do condensador com ar comprimido à baixa pressão (cuidado para não entortar as aletas do trocador)
			Verificar se há sinais de incrustação nas aletas do trocador de calor	Caso haja sinal de incrustação, acionar a assistência técnica para avaliação e eventual limpeza técnica do trocador.
B-3	Compressor	Mensal	Nos compressores que possuem visor de óleo, verifique o nível	Com o compressor desligado, o nível do óleo deve estar no mínimo em 1/4 e no máximo em 3/4 do visor
B-4	Válvula Proporcional	Trimestral	Verificar vazamento, fixação e aperto dos terminais	Rever fixação, reapertar terminais e refazer conexões da válvula, caso necessário
			Verificar atuação manual da válvula	Em caso de avarias ou danos acionar assistência técnica para avaliação da necessidade de substituição da válvula
B-5	Tubulação de refrigeração	Mensal	Após 2 minutos de funcionamento, verifique se o visor de líquido indica a cor escura e não apresenta bolhas	Se o visor indicar a cor clara, há umidade no sistema. Se apresentar bolhas, há vazamento de refrigerante
			Verificar se apresenta sinais de vazamento de óleo na tubulação	Deverá ser corrigido o vazamento de fluido o mais rápido possível. Completar a carga de gás refrigerante e óleo do compressor, se necessário

Manutenção Preventiva - Elétrico				
Código	Item	Frequência	Procedimento	Observações
C-1	Quadro Elétrico	Semestral	Verificar se não há componentes do quadro elétrico que estão se soltando	Reaperte os terminais ou parafusos
			Medir as correntes do ventilador e compare a corrente especificada no check-list do equipamento	O funcionamento do motor deve ser verificado quando as correntes estiverem acima do especificado
C-2	Caixa de ligação dos motores	Semestral	Verificar se os terminais das caixas de ligação dos motores estão se soltando	Reaperte os terminais ou parafusos
C-3	Sensores de temperatura	Mensal	Verificar a calibração dos sensores de temperatura	Compare as temperaturas de saída e retorno de ar com termômetro padrão calibrado

C-4	Limpeza do quadro elétrico	Semestral	Realizar a limpeza no interior do quadro elétrico	O quadro elétrico deve estar limpo, sem poeiras e limalhas
C-5	Régua de bornes	Semestral	Verificar se todos os cabos elétricos estão conectados aos seus respectivos bornes	Não deve haver fios soltos ou "jumpers" dentro do quadro elétrico
C-6	Resistência Elétrica	Trimestral	Verificar fixação, limpeza e aperto dos terminais	Realizar limpeza e reapertar terminais e parafusos
			Medir a corrente das fases R, S e T	Compare as correntes indicadas nos dados elétricos do equipamento
			Verifique a variação da tensão entre fases	Não deve exceder 10%
C-7	Ventilador	Mensal	Medir a corrente das fases R, S e T	Compare as correntes indicadas nos dados elétricos do equipamento
			Verifique a variação da tensão entre fases	Não deve exceder 10%
C-8	Compressor	Mensal	Medir a corrente das fases R, S e T	Compare as correntes indicadas nos dados elétricos do equipamento
			Verifique a variação da tensão entre fases	Não deve exceder 10%

**Anexo I-D - Procedimentos de Verificação de Falhas**

Descrição da falha	Componente		Consequência	Tipo		Rearme		Causa provável	Procedimento
	TAG	Descrição		Alerta	Alarme	Manual	Automático		
Comando desligado		Habilita clima (Interface do cliente)	Alerta	X				Contato externo responsável pelo acionamento do contato HC aberto.	Verificar a existência de mau contato ou anomalia no contato de acionamento da unidade presente na interface do cliente.
Sequência ou falta de fase	RST	Relé sequência de fase	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Falha ou falta de fase na alimentação elétrica	Verificar a alimentação elétrica
								Inversão entre fases	Verificar se o LED do relé sequência/falta de fases dentro do quadro elétrico está aceso. Caso esteja apagado, inverter as fases
Proteções elétricas - Compressor	C	Compressor	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Desarme do térmico do compressor	Verificar se o compressor está operando com corrente dentro do especificado na tabela de dados elétricos. Caso seja identificado que a corrente está acima do valor nominal de operação do compressor, checar se a tensão de alimentação está correta ou se há mau contato na ligação elétrica.
								Desarme do disjuntor do compressor	Verificar se a tensão de alimentação do compressor está dentro do especificado na tabela de dados elétricos ou se existe algum mau contato na ligação elétrica.
Falha de pressão alta	PHL	Pressostato de alta pressão	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Desarme do pressostato de alta	Verificar as condições de limpeza do condensador e a existência de recirculação de ar quente no ambiente de instalação do condensador remoto.



Falha de pressão baixa	PLL	Pressostato de baixa pressão	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Falta/vazamento de fluido refrigerante	Accionar um técnico de refrigeração para verificação de funcionamento do sistema de refrigeração.
Proteções elétricas - Ventilador do evaporador	CF	Ventilador de circulação	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Desarme do relé térmico do ventilador de circulação	Verificar se o ventilador de circulação está operando com corrente dentro do especificado na tabela de dados elétricos. Caso seja identificado que a corrente está acima do valor nominal de operação do ventilador, checar se a tensão de alimentação está correta ou se há mau contato na ligação elétrica. Verificar também se o ventilador está apresentando alguma deficiência de funcionamento.
Proteções elétricas da UC	CR	Condensador remoto	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Desarme do térmico do ventilador do condensador remoto	Verificar se o ventilador do condensador remoto está operando com corrente dentro do especificado na tabela de dados elétricos. Caso seja identificado que a corrente está acima do valor nominal de operação do ventilador, checar se a tensão de alimentação está correta ou se há mau contato na ligação elétrica do condensador remoto.
								Desarme do disjuntor do ventilador do condensador remoto	Verificar se a tensão de alimentação do condensador remoto está dentro do especificado na tabela de dados elétricos ou se existe algum mau contato na ligação elétrica.

Filtro obstruído	F	Filtro de ar	Alerta	X		X	X	Acúmulo de sujeira no filtro de ar	Realizar a substituição do filtro de ar
Proteções elétricas - Resistência	Q	Disjuntor da resistência (Opcional)	Desabilita a resistência de aquecimento					Desarme do disjuntor	Efetuar uma tentativa de rearme do disjuntor e checar se a tensão e corrente da resistência está conforme o especificado na tabela de dados elétricos.
	TRBW	Termostato de segurança da resistência (Opcional)			X	X	X	Corrente de operação da resistência acima do nominal	Checar se a corrente de operação da resistência está conforme a tabela de dados elétricos do equipamento. Caso seja identificada anomalias na corrente de operação, verificar a existência de mau contato na ligação elétrica ou discrepância na tensão de alimentação da resistência.
Alarme de presença de água no piso	CNBE1	Chave de Nível baixo da bandeja externa (Opcional)	Alarme		X	X	X	Acúmulo de água na bandeja externa	Verificar possível obstrução no dreno da bandeja externa
Alerta de Nível alto de água na bandeja			Alerta	X					
Falha no sensor - Temp. sucção	PTS	Sensor de temperatura de sucção do compressor	Desliga o sistema de refrigeração		X	X	X	Mau contato ou defeito no sensor de temperatura de sucção do compressor	Verificar a existência de contato ou falha na leitura do sensor de temperatura.
Temperatura alta na sucção	PTS	Sensor de temperatura de sucção do compressor	Alerta	X				Temperatura acima do limite estabelecido no setup do equipamento	Verificar se o sensor de temperatura está realizando leitura de temperatura correta e se está posicionado corretamente na tubulação. Em caso positivo, checar se o compressor está funcionando dentro dos limites operacionais.
Temperatura baixa na sucção								Temperatura abaixo do limite estabelecido no setup do equipamento	
Falha no sensor - Temp. de entrada de água	PTS	Sensor de temperatura de entrada de água gelada	Alarme		X	X	X	Mau contato ou defeito no sensor de temperatura	Verificar a existência de contato ou falha na leitura do sensor de temperatura.

Temperatura alta na entrada de água gelada	PTS	Sensor de temperatura de entrada de água gelada	Alerta	X				Temperatura acima do limite estabelecido no setup do equipamento	Verificar se o sensor de temperatura está realizando leitura de temperatura correta e se está posicionado corretamente na tubulação. Em caso positivo, checar se o compressor está funcionando dentro dos limites operacionais.
Temperatura baixa na entrada de água gelada								Temperatura abaixo do limite estabelecido no setup do equipamento	
Falha no sensor - Umid. Do retorno do ar	TTH	Sensor de temperatura e umidade	Desliga o umidificador e resistência de aquecimento		X	X	X	Umidade fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento
Umidade alta/baixa no retorno do ar			Alerta	X				Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Falha no sensor - Temp. de retorno do ar	TTH	Sensor de temperatura e umidade	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
Temperatura alta/baixa no retorno do ar			Alerta	X				Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Falha no sensor - Temp. de saída do ar	TS	Sensor de temperatura de saída do ar	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
Temperatura alta/baixa na saída do ar			Alerta	X				Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
								Temperatura fora do set-point	Verificar a existência de outros alertas/alarmes que estejam impedindo a operação do equipamento.

Falha no sensor - Pressão alta	PS	Transmissor de pressão de descarga	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Pressão fora do range de leitura do transmissor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do transmissor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Temperatura alta/baixa de condensação			Alerta	X				Pressão fora dos limites estabelecidos no setup do CLP	Verificar a existência de outros alertas/alarmes que estejam impedindo a operação do equipamento. Verificar as condições de limpeza do condensador e a existência de recirculação de ar quente no ambiente de instalação do condensador remoto.
Falha no sensor - Pressão baixa do sistema 1		Transmissor de pressão de descarga (Unidade Remota)	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Pressão fora do range de leitura do transmissor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
Temperatura alta/baixa de evaporação - Sistema 1			Alerta	X				Mau contato na ligação do transmissor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
								Pressão fora dos limites estabelecidos no setup do CLP	Verificar a existência de outros alertas/alarmes que estejam impedindo a operação do equipamento. Verificar a existência de bolhas no visor de líquido durante a operação do compressor, sintoma de possível falta/vazamento de fluido refrigerante no sistema.
Falha no sensor - Temp. de saída de água	TS	Sensor de temperatura de saída de água	Desabilita o circuito de refrigeração, umidificador e resistência		X	X	X	Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.

Temperatura alta/baixa na saída de água			Alerta	X				Temperatura fora do set-point	Verificar a existência de outros alertas/alarmes que estejam impedindo a operação do equipamento.
Proteção - Sensor de Sucção	PTS	Sensor de temperatura de sucção do compressor	Desabilita o sistema de refrigeração		X	X	X	Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Sensor de temperatura de retorno do ar	TS	Sensor de temperatura	Alerta	X				Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Temperatura alta da entrada da água	TS	Sensor de temperatura	Alerta	X				Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Sensor de temperatura de saída do ar	TS	Sensor de temperatura	Alerta	X				Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Baixa temperatura de saída do ar	TS	Sensor de temperatura	Alerta	X				Temperatura fora do range de leitura do sensor	Verificar se o sensor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do sensor	Verificar se a ligação elétrica do sensor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Sensor de pressão de condensação	PS	Transmissor de pressão de descarga (Unidade Remota)	Alerta	X				Pressão fora do range de leitura do transmissor	Verificar se o transmissor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do transmissor	Verificar se a ligação elétrica do transmissor está conforme diagrama elétrico.

Proteção - Temperatura alta/baixa de condensação	PS	Transmissor de pressão de descarga (Unidade Remota)	Alerta	X				Pressão fora do range de leitura do transmissor	Verificar se o transmissor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do transmissor	Verificar se a ligação elétrica do transmissor está conforme diagrama elétrico.
Proteção - Temperatura baixa de evaporação	PS	Transmissor de pressão de sucção	Alerta	X				Pressão fora do range de leitura do transmissor	Verificar se o transmissor está devidamente posicionado no equipamento.
								Mau contato na ligação do transmissor	Verificar se a ligação elétrica do transmissor está conforme diagrama elétrico.
Proteção de SH baixo	NV	Válvula de expansão eletrônica	Alerta - Válvula de expansão realizará modulações para ajustar o SH. Se o problema persistir o sistema entrará em alarme	X				Superaquecimento baixo	Aacionar um técnico de refrigeração para verificação de funcionamento do sistema de refrigeração.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.
Alarme de SH baixo	NV	Válvula de expansão eletrônica	Desabilita o sistema de refrigeração		X	X	X	Superaquecimento baixo	Aacionar um técnico de refrigeração para verificação de funcionamento do sistema de refrigeração.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.

Proteção de LOP	NV	Válvula de expansão eletrônica	Alerta - Válvula de expansão realizará modulações para ajustar o LOP. Se o problema persistir o sistema entrará em alarme	X				Baixa pressão	Acionar um técnico de refrigeração para verificação de funcionamento do sistema de refrigeração.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.
Alarme de LOP	NV	Válvula de expansão eletrônica	Desabilita o sistema de refrigeração		X	X	X	Baixa pressão	Acionar um técnico de refrigeração para verificação de funcionamento do sistema de refrigeração.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.
Proteção de MOP	NV	Válvula de expansão eletrônica	Alerta - Válvula de expansão realizará modulações para ajustar o MOP. Se o problema persistir o sistema entrará em alarme	X				Alta pressão	Verificar as condições de limpeza do condensador e a existência de recirculação de ar quente no ambiente de instalação da unidade remota.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.



Alarme de MOP	INV	Válvula de expansão eletrônica	Desabilita o sistema de refrigeração	X		X	X	Alta pressão	Verificar as condições de limpeza do condensador e a existência de recirculação de ar quente no ambiente de instalação da unidade remota.
								Erro de leitura nos sensores/transmissores de pressão	Verificar se os sensores de temperatura e transmissores de pressão estão realizando leitura correta. Em caso de anomalias verificar se a ligação do componente está conforme diagrama elétrico.
Falha no inversor	INV	Inversor de frequência	Desabilita o sistema de refrigeração	X		X	X	Falha no inversor de frequência	Verificar o alarme indicado no display do inversor de frequência e consultar as causas e possíveis soluções no setup do inversor de frequência.
Falha no térmico do controle umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Desarme do térmico do umidificador	Verificar se a tensão de alimentação do umidificador está correta.
Necessária a substituição do cilindro								Vida útil do cilindro do umidificador esgotada	Substituir o cilindro do umidificador.
Alta condutividade na água do umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Má qualidade da água de alimentação do umidificador	Realize a limpeza do cilindro do umidificador e dos eletrodos do sensor de condutividade. Se o problema persistir realizar a instalação de um sistema de desmineralização da água de alimentação do umidificador.
Erro de configuração	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Parametrização incorreta	Verificar se os parâmetros do controlador estão conforme o setup.
Erro de memória do controlador de umidade	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Controlador danificado	Verificar se os parâmetros do controlador estão conforme o setup. Se a falha persistir, contatar a assistência técnica.

Alta corrente no eletrodo do umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Condutividade muito alta	Drenar parte da água e realizar o reset do alarme.
								Alto nível de água	Verificar se a válvula do dreno está ok.
								Falha no eletrodo	Realizar uma busca por vazamentos da válvula de alimentação de água.
Baixa produção de vapor no umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Condutividade da água fora dos limites	Verificar a qualidade da água utilizada na alimentação do umidificador.
								Excesso de sujeira no cilindro do umidificador	Realizar a limpeza do cilindro e substituição da água.
								Parametrização incorreta	Verificar se os parâmetros do controlador estão conforme o setup.
Nível alto de água no umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Excesso de água no cilindro do umidificador	Verificar se a válvula do dreno está ok.
Sinal externo não conectado	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Parametrização incorreta	Verificar se os parâmetros do controlador estão conforme o setup.
								Mau contato	Verificar se todas as ligações do controlador do umidificador estão conforme o diagrama elétrico.
Falha no enchimento do umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Falta de água de alimentação do cilindro do umidificador	Verificar possível falta de água no sistema de alimentação do umidificador ou entupimentos no circuito hidráulico.
Falha na drenagem do umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Falha na válvula de drenagem	Verificar se a alimentação elétrica da válvula de drenagem está correta. Verificar também possíveis entupimentos no sistema de drenagem.
Necessário limpeza no umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Acúmulo de sujeira no cilindro do umidificador	Realizar a limpeza do cilindro do umidificador e substituição da água.
Espuma no cilindro	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Acúmulo de espuma no cilindro do umidificador	Verificar a existência de produtos químicos na água de alimentação do umidificador. Realizar a limpeza do cilindro e substituição da água.
Acúmulo de sais no umidificador	HU1 (Opcional)	Umidificador	Desabilita o umidificador	X		X	X	Má qualidade da água de alimentação do umidificador	Realizar a limpeza do cilindro e substituição da água de alimentação. Realizar a instalação de um sistema de desmineralização da água se o problema persistir.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2026 - TRE/CE**  
**ANEXO 3 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)**

A contratação tem por objetivo garantir a continuidade dos serviços prestados no escopo do contrato 09/2023, cuja continuidade deve ser interrompida, de acordo com decisão 0001175483, combinada com o despacho 0001166904. Trata-se de fornecedor especializado para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado de precisão, marca Mecalor, modelos CPA-U-35-URV-380/CR-60-OE-380 (2 unidades) e CPA-U-18-URV-380/CR-25-OE-380 (2 unidades), com capacidades de 10TR e 5TR respectivamente, sendo a capacidade total instalada de 30TR, instalados no Datacenter do TRE-CE, localizado no térreo do Edifício Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, Rua Dr. Pontes Neto, 800, Luciano Cavalcante, Fortaleza -CE. A continuidade dos serviços é fundamental à atividade de TIC, uma vez que a falha nos equipamentos pode provocar o superaquecimento do ambiente e a interrupção abrupta dos servidores, resultando em potencial perda de dados críticos; 4. Os equipamentos de TIC possuem em suas especificações os valores de temperatura de trabalho, razão pela qual o superaquecimento provoca a perda de desempenho das operações; 5. Há, ainda, um elemento essencial à infraestrutura: a disponibilidade. Todos os sistemas do TRE-CE devem estar disponíveis para funcionamento em regime de 24 x 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana), o que pode acarretar em situações de falhas em horários sem acompanhamento por equipe especializada e, conseqüentemente, em atraso para o início do atendimento. 6. Considerando que os sistemas e serviços de TI do TRE-CE sustentam a área finalística da instituição, torna-se cada vez mais importante que estejam hospedados em ambiente de infraestrutura tecnológica protegida e que garanta a disponibilidade e integridade das informações.

**2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)**

A contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos quatro climatizadores de precisão do Data Center da Nova Sede do TRE-CE é necessária para garantir a continuidade operacional dos sistemas de informação, a segurança e integridade dos dados eleitorais e a eficiência na gestão dos ativos críticos de TI, estando alinhada aos objetivos estratégicos do Tribunal, mesmo não estando prevista no Plano Anual de Contratações, justificando-se a sua inclusão no PCA conforme deliberação na reunião do Comitê ocorrida em 16/10/2025 conforme doc. 0001226241

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)**

- 3.1. O datacenter deve assegurar a disponibilidade contínua dos serviços de TIC do TRE-CE (PJe, SEI e demais sistemas), em regime 24x7, incluindo finais de semana e feriados, considerando que a indisponibilidade compromete a prestação jurisdicional e administrativa.
- 3.2. A empresa contratada deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em climatizadores de precisão com capacidades iguais ou superiores às dos equipamentos do Data Center do TRE-CE, assegurando a execução dos serviços por equipe técnica qualificada e certificada pelo fabricante.
- 3.3. A manutenção preventiva deve incluir inspeção, limpeza, lubrificação, calibração de sensores, verificação de pressões, temperaturas, vazões de ar e água, troca de filtros e testes funcionais, garantindo a operação contínua e eficiente do Data Center.
- 3.4. A manutenção corretiva deve ser realizada de forma emergencial, com prazo de atendimento compatível com práticas de mercado, assegurando o restabelecimento imediato da operação dos equipamentos críticos.
- 3.5. A contratada deve fornecer todas as peças, insumos e componentes originais ou homologados pelo fabricante, garantindo a confiabilidade e prolongamento da vida útil dos equipamentos.
- 3.6. Todos os serviços devem incluir emissão de relatórios técnicos detalhados de cada intervenção, permitindo acompanhamento e controle pela Administração, de forma a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.
- 3.7. As exigências devem estar aderentes a padrões adotados por outros tribunais e órgãos públicos que mantêm Data Centers, sem limitar a competição e evitando dependência exclusiva de um fornecedor.
- 3.8. A contratação deve observar normas técnicas e regulamentações aplicáveis à climatização de precisão em

ambientes de tecnologia da informação, incluindo normas ABNT NBR 16401 e recomendações do fabricante, bem como requisitos de habilitação que comprovem capacidade técnica e regularidade fiscal da contratada.

### 3.9. Necessidade de Garantia Contratual - Justificativa:

Considerando o disposto no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, que permite à Administração exigir do contratado a prestação de garantia em percentual de até 5% do valor inicial do contrato, podendo ser elevado até 10% em razão da natureza, vulto, complexidade técnica ou riscos envolvidos na execução, justifica-se a adoção do percentual máximo de 10% para o presente contrato.

A manutenção preventiva e corretiva dos climatizadores de precisão do DataCenter envolve equipamentos de alta criticidade, indispensáveis à disponibilidade e continuidade dos serviços de tecnologia da informação da instituição. Tais equipamentos garantem condições ambientais adequadas ao funcionamento dos servidores e sistemas, sendo que falhas na execução contratual podem ocasionar danos relevantes, interrupções de serviços essenciais e prejuízos materiais significativos.

Além disso, trata-se de equipamentos de alto valor agregado, que demandam intervenções técnicas especializadas, utilização de peças originais, mão de obra qualificada e resposta imediata em situações de falha, fatores que aumentam o grau de risco da execução contratual.

Dessa forma, o percentual de 10% de garantia contratual mostra-se proporcional e necessário para assegurar a adequada execução do objeto, mitigar riscos de inadimplemento e resguardar o erário contra eventuais prejuízos, estando plenamente amparado pelo §3º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV)

### 4.1 QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva nos aparelhos de climatização do Data Center do TRE/Ce	mês	12
2	Prestação de serviços de manutenção corretiva nos aparelhos de climatização do Data Center do TRE/Ce	und	01

### 4.2 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Por se tratar de serviço de natureza continuada, a apuração dos quantitativos foi definida com base na necessidade de manutenção preventiva e corretiva permanente dos climatizadores de precisão do DataCenter, de modo a garantir sua operação contínua e confiável. Assim, o dimensionamento da contratação considera a execução ininterrupta das rotinas de manutenção conforme o plano estabelecido no Termo de Referência, sendo a forma de medição e pagamento realizada por meio de **mensalidades fixas**, que compreendem todas as atividades preventivas, corretivas e de suporte técnico previstas contratualmente. Essa forma de medição assegura o atendimento integral aos requisitos técnicos, operacionais e de disponibilidade definidos, refletindo a natureza contínua do serviço e permitindo o adequado controle da execução contratual.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

### 5.1 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Existem quatro estratégias praticáveis no mercado: (1) execução interna (insourcing); (2) contrato OEM (serviço do fabricante); (3) contrato com prestador third-party (TPM — manutenção por terceiro especializado); e (4) modelo híbrido/gerenciado (contrato terceirizado com indicadores de performance e monitoramento avançado). Cada opção apresenta trade-offs técnicos e econômicos que detalho abaixo e, ao final, proponho a abordagem mais adequada para DataCenter cuja medição será por mensalidade.

#### Opção 1 — Execução interna (equipe própria)

- Vantagens: controle direto sobre prioridades, conhecimento do parque preservado internamente, possibilidade de priorizar tarefas conforme operação.
- Limitações: necessidade de recrutar e manter mão de obra altamente especializada (técnicos em climatização de precisão), custear treinamento, ferramentas, equipamentos de diagnóstico e estoque de peças críticas; dificuldades em garantir plantão 24/7 com tempo de resposta compatível a SLAs de alta criticidade.
- Custos fixos elevados (salários, encargos, treinamento, EPIs, ferramentas, estoque) e incerteza quanto a horas improdutivas; necessidade de investimento inicial em capacitação e estoque. Em centros de missão

crítica, o custo total de propriedade da equipe própria tende a ser alto quando se internalizam riscos e necessidades de cobertura 24/7.

Quando considerar: quando o volume de serviço e a criticidade justificam infraestrutura própria (grandes campus/data centers com escala suficiente para diluir custos).

#### **Opção 2 — Contrato OEM (serviço do fabricante)**

- Vantagens: acesso direto a técnicos treinados pelo fabricante, garantia de peças originais, aderência estrita às recomendações do fabricante e respostas frequentemente padronizadas; bom encaixe quando equipamentos ainda estão em garantia ou quando se quer manter garantia estendida.
- Limitações: contratos OEM costumam ser menos flexíveis quanto a escopo e regimes de atendimento (p.ex. cobrança por peça/ou por chamada); alguns OEMs têm custos mais elevados e podem priorizar substituição sobre reparo.
- Custo unitário geralmente mais alto que TPM; menor risco de incompatibilidade de peças e maior previsibilidade de qualidade técnica. Quando o parque for homogêneo e majoritariamente de um único fabricante, OEM pode oferecer melhor integração técnica; quando for heterogêneo, custo e complexidade aumentam.

#### **Opção 3 — Third-party maintenance (TPM) / prestador especializado independente**

- Vantagens: flexibilidade de atendimento a múltiplos fabricantes, possibilidade de contratação “all-inclusive” (pool de horas, visitas programadas e corretivas), e oferta de SLAs customizáveis. Muitos TPMs também oferecem modelos de estoque consignment/consignação e gestão de peças mais econômicos.
- Limitações: risco de uso de peças não-OEM (se não contratado o contrário), variação de qualidade entre fornecedores; necessidade de cláusulas contratuais sólidas sobre peças, certificações e subcontratação.

Econômico

- Em geral custo mais competitivo que OEM para serviços de campo; oferece modelo de custo previsível (mensalidades) e possibilidades de redução de despesas por escala e gestão de estoques. TPMs costumam ser escolhidos quando há preocupação em custo total e necessidade de cobrir equipamentos multimarcas.

#### **Opção 4 — Modelo híbrido / contrato gerenciado com monitoramento (Managed Services)**

- Vantagens: combina contrato terceirizado para execução com camada adicional de monitoramento remoto (incluindo telemetria e, em alguns casos, AI para predição), possibilitando manutenção preditiva, otimização de consumo e redução de incidentes. Ideal para DataCenters que exigem alta disponibilidade e eficiência energética.
- Limitações: custo de implementação do monitoramento e necessidade de integração de dados entre operador e prestador; dependência de software/telemetria e acordos sobre propriedade dos dados.

Econômico

- Pode reduzir custo total ao diminuir corretivas e otimizar ciclos de manutenção, além de permitir pagamento por performance ou contratos baseados em KPI (availability, PUE improvements). Investimento inicial em sensores/integração pode existir, mas o retorno costuma vir pela redução de falhas e consumo. Recentes aquisições e iniciativas de fabricantes mostram crescimento dessa oferta (ex.: oferta de serviços com digital twins / AI).

#### **Comparação técnico-econômica (síntese)**

- Previsibilidade de custo: alta em modelos por mensalidade (TPM ou OEM com fee mensal); interna tem custos fixos previsíveis porém menos flexibilidade.
- Tempo de resposta (SLA): melhor com OEM ou grandes TPMs com cobertura 24/7; equipe própria depende de escala e turnos.
- Acesso a peças e materiais: OEM garante peças originais; TPMs oferecem alternativas e gestão de estoque econômico (consignação). Importante cláusula contratual sobre peças críticas.
- Flexibilidade operacional: TPM > OEM (TPM mais flexível para contratos multimarcas e ajustes de escopo).
- Economia de escala e custo total: TPM normalmente entrega custo total menor que OEM, e menor custo operacional do que insourcing quando o parque não tem escala suficiente.

**Considerando a natureza continuada e a necessidade de previsibilidade orçamentária, sugiro adotar um contrato terceirizado com as seguintes características comerciais e técnicas:**

1. Remuneração por mensalidade fixa (fee mensal) que cubra: visitas preventivas programadas (frequência por criticidade), visitas técnicas para corretivas, suporte remoto, relatórios mensais e garantia de atendimento 24/7 conforme SLA.
2. Itens faturáveis à parte: peças de reposição de alto valor, serviços extraordinários fora do escopo (ex.: retrofit).
3. SLAs escalonados por criticidade (tempo de atendimento inicial e tempo máximo para

restabelecimento), com sistema de medição (OS, ticketing, registros assinados). Penalidades por descumprimento e abatimento por performance inconsistente.

4. Estoque de peças críticas em consignação (ou obrigação de prazos máximos de fornecimento sob penalidade), com definição de peças OEM obrigatórias para itens cujo uso de peça não-OEM comprometa garantia/segurança

**Justificativa final para adoção da contratação terceirizada**

A contratação terceirizada, estruturada em mensalidade fixa é a alternativa que apresenta o melhor equilíbrio técnico e econômico para a maioria dos DataCenters de porte médio a pequeno/medio-grande que não disponham de escala suficiente para manter equipe própria altamente especializada. Tal modelo garante: (a) previsibilidade orçamentária (mensalidade), (b) cobertura 24/7 com prazos de resposta compatíveis com missão crítica e (c) transferência de risco operacional ao prestador (obrigações contratuais, estoque e subcontratação). Além disso, a adoção de cláusulas contratuais que exijam garantia sobre peças, penalidades por SLA e revisão anual dos quantitativos mitiga os principais riscos associados à terceirização

Diande disso, a pesquisa de preços realizada pela SANAP em fevereiro de 2025 no processo de reajuste do contrato 09/2023 pode ser aproveitada como referência para a presente contratação, pois apresenta valores atualizados de mercado para serviços de manutenção preventiva e corretiva em climatizadores de precisão. Seu uso permite fundamentar a análise das soluções possíveis, garantir seleção da proposta mais vantajosa e assegurar transparência e aderência às melhores práticas, sem restringir a competição entre fornecedores qualificados.

Processo SEI nº 2024.0.000018697-3 – Manutenção de climatizadores de precisão									
Item	Serviço	Quant. Meses	Valor Mensal (A)	Valor Médio Mensal	Desconto Linear (%)	Manutenção Corretiva (após aplicação do desconto linear) (B)	Valor Anual ((Ax12)+B)	Valor Médio Anual	Fonte
	CONTRATAÇÃO		R\$ 8.503,69		0,00%	R\$ 40.000,00	R\$ 142.044,28		PNCP - PGJ do Rio Grande do Sul – Pregão Eletrônico – Edital nº 0122024/2024 – Data de divulgação: 23/07/2024 – SIMILAR – Atualizado pelo IPCA
			R\$ 8.700,53		0,00%	R\$ 40.000,00	R\$ 144.406,36		PNCP – Procuradoria da República – Contratação Direta nº 02/2024 – Data de divulgação: 18/03/2024 – SIMILAR – Calculado de forma proporcional – Atualizado pelo IPCA

DE EMPREENHAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRECISÃO – Manutenção de climatizadores de precisão									
1	ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM QUATRO CLIMATIZADORES DE PRECISÃO – CP DO DATA CENTER.	12	R\$ 11.951,09	R\$ 10.456,51	35,00%	R\$ 26.000,00	R\$ 169.413,08	R\$ 158.478,06	Governo do Estado do Pará – Identificação: nº do pregão: 900042024 – Data de homologação: 29/11/2024 – SIMILAR – Atualizado pelo IPCA
			R\$ 12.670,71		35,00%	R\$ 26.000,00	R\$ 178.048,52		Fundo Estadual de Saúde de Rondônia – Identificação: Licitação nº 90296/2024 – Dta de homologação: 07/08/2024 – Atualizado pelo IPCA – SIMILAR
			R\$ 14.400,00		35,00%	R\$ 26.000,00	R\$ 198.800,00		Governo do Estado de Roraima – Identificação: nº do pregão: 900592024 – Data de homologação: 11/12/2024 – SIMILAR
			R\$ 22.468,54		35,00%	R\$ 26.000,00	R\$ 295.622,48		Ministério da Economia – Secretaria da Receita Federal – Identificação: nº do pregão: 900132024 – Data de homologação: 03/09/2024 – SIMILAR – Atualziado pelo IPCA
			VALOR MÉDIO ANUAL						
* Os valores em vermelho não compuseram o cálculo do(s) preço(s) de médio(s) por apresentarem-se excessivamente elevados/inferiores em relação aos demais.									

## 5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, §1º, inciso V)

### Justificativa técnica:

- Os equipamentos de climatização de precisão são indispensáveis para a manutenção da temperatura e umidade controladas dos ambientes críticos de TIC do Tribunal. A falha ou indisponibilidade desses sistemas pode ocasionar o **superaquecimento dos servidores**, com risco de perda de dados, indisponibilidade de sistemas e interrupção dos serviços judiciais e administrativos.
- A solução contempla a realização de **manutenções preventivas mensais**, com foco na confiabilidade, eficiência térmica e prolongamento da vida útil dos equipamentos, além da execução de **manutenções**



**corretivas sob demanda**, inclusive em caráter emergencial, reduzindo o tempo de indisponibilidade.

3. A padronização dos equipamentos da marca **Mecalor** impõe a necessidade de manutenção especializada e adequada às especificações técnicas, assegurando maior eficiência operacional e mitigando riscos de intervenções inadequadas.

#### **Justificativa econômica:**

1. O modelo contratual proposto prevê que os **custos de aquisição de peças e componentes** eventualmente necessários ficarão a cargo do TRE-CE, mediante ressarcimento à contratada. Essa sistemática evita sobrepreço na planilha contratual e garante maior **economicidade**.
2. A realização de manutenções preventivas regulares reduz significativamente a probabilidade de falhas críticas, o que representa **menor custo global** em relação às despesas decorrentes de paradas emergenciais, substituições não programadas ou perda de equipamentos.
3. A contratação de serviço continuado, com cláusula de resposta emergencial, reduz riscos operacionais e financeiros associados a **interrupções dos serviços de TIC**, que poderiam acarretar prejuízos incalculáveis ao Tribunal e à sociedade.
4. A solução atende ao princípio da **vantajosidade**, previsto na Lei nº 14.133/2021, ao equilibrar a necessidade de manutenção especializada com a otimização dos recursos públicos, garantindo disponibilidade ininterrupta dos serviços em regime **24x7**.

Dessa forma, a contratação se justifica técnica e economicamente, sendo a alternativa mais adequada para assegurar a continuidade e a eficiência da infraestrutura tecnológica do TRE-CE, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V da Lei 14.133/2021.

### **5.3. ANÁLISE DE RISCOS**

#### **a) Identificação dos principais riscos da licitação e da execução contratual**

1. **Risco de inexecução parcial ou total do contrato**, por incapacidade técnica ou financeira da contratada.
2. **Risco de interrupção da climatização do DataCenter**, em decorrência de falha na execução dos serviços ou atraso no atendimento corretivo.
3. **Risco de dano a equipamentos de climatização de precisão**, por manuseio inadequado, uso de peças não originais ou intervenções indevidas.
4. **Risco de descontinuidade operacional dos sistemas de tecnologia da informação**, caso haja falhas prolongadas na climatização.
5. **Risco de variação de custos** decorrente de substituição de componentes, peças e materiais importados.
6. **Risco de rotatividade de pessoal técnico** alocado pela contratada, afetando a qualidade e continuidade dos serviços.
7. **Risco de descumprimento de prazos de atendimento**, especialmente nas manutenções corretivas de urgência

#### **b) Avaliação dos riscos (probabilidade × impacto)**

Nº	Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de risco
1	Inexecução contratual	Média	Alto	Alto
2	Interrupção da climatização	Média	Alto	Alto
3	Dano a equipamentos	Baixa	Alto	Médio
4	Descontinuidade dos serviços de TI	Baixa	Muito alto	Alto

Nº	Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de risco
5	Variação de custos de peças	Média	Médio	Médio
6	Rotatividade de pessoal técnico	Média	Médio	Médio
7	Descumprimento de prazos de atendimento	Média	Alto	Alto

c) Danos potenciais

A paralisação ou falha nos climatizadores de precisão pode ocasionar o superaquecimento dos equipamentos de TI, interrupção de sistemas institucionais, perda de dados e danos materiais de elevado valor. Além disso, atrasos na execução ou inexecução contratual podem gerar prejuízos operacionais e financeiros significativos à Administração, afetando a continuidade de serviços essenciais.

d) Ações mitigatórias

1. **Exigência de garantia contratual de 10%**, em razão da alta criticidade do serviço e do valor agregado dos equipamentos, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.
2. **Comprovação de capacidade técnica e atestados específicos** de manutenção de climatizadores de precisão, como condição de habilitação.
3. **Fiscalização técnica permanente**, com registro das atividades preventivas e corretivas realizadas.
4. **Definição de prazos máximos de resposta e atendimento**, especialmente para ocorrências emergenciais.
5. **Estabelecimento de plano de manutenção detalhado**, incluindo cronograma de visitas preventivas.
6. **Cláusulas contratuais de penalidade** para atrasos, falhas de execução e uso de peças não conformes.
7. **Reuniões de acompanhamento técnico periódico**, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços.

e) Indicação dos responsáveis pela gestão dos riscos

A gestão e o monitoramento dos riscos ficarão a cargo da **SEMAN**, responsável pela fiscalização técnica e operacional do contrato, e da **COAPA**, responsável pela supervisão administrativa e pelo acompanhamento da execução contratual, em conformidade com o plano de gestão de riscos da instituição.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI) [\[6\]](#)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva dos climatizadores de precisão do Data Center	mês	12	R\$ 10.456,51	R\$ 125.478,12
2	Manutenção corretiva dos climatizadores de precisão do Data Center	und	01	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
	<b>TOTAL 1º ANO</b>				R\$ 158.478,12
	<b>TOTAL 2º ANO</b>				R\$ 168.986,80
	<b>TOTAL 3º ANO</b>				R\$ 179.426,01
	<b>TOTAL 4º ANO</b>				R\$ 201.601,06
	<b>TOTAL 5º ANO</b>				R\$ 213.697,12
	<b>TOTAL 6º ANO</b>				R\$ 226.519,95
	<b>TOTAL 7º ANO</b>				R\$ 240.111,15
	<b>TOTAL 8º ANO</b>				R\$ 254.518,82
	<b>TOTAL 9º ANO</b>				R\$ 269.790,95
	<b>TOTAL 10º ANO</b>				R\$ 285.979,40
	<b>TOTAL</b>				R\$ 2.230.820,08

Considerando o disposto no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, que permite a celebração de contratos com

vigência superior a um exercício financeiro quando o objeto envolver prestação de serviços de natureza continuada, verifica-se que a adoção de contratação plurianual para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos climatizadores de precisão do DataCenter é tecnicamente e economicamente mais vantajosa para a Administração.

Sob o aspecto técnico, a manutenção dos climatizadores de precisão exige acompanhamento contínuo, histórico atualizado das intervenções e conhecimento detalhado do funcionamento dos equipamentos. A substituição frequente de empresas, decorrente de contratações anuais, gera descontinuidade técnica, perda de informações sobre o estado dos equipamentos e aumento do risco de falhas operacionais. A contratação plurianual assegura maior estabilidade, padronização dos procedimentos, conservação da confiabilidade e continuidade da operação do DataCenter, que depende de condições térmicas e de umidade controladas.

Do ponto de vista econômico, a contratação plurianual reduz custos administrativos com repetição de processos licitatórios e evita despesas de mobilização e desmobilização de equipes. Além disso, permite que a contratada planeje melhor a alocação de pessoal e recursos, refletindo em preços mais competitivos. A estimativa de custo anual para o primeiro exercício é de R\$ 158.478,12. Considerando a aplicação de reajuste anual de 6%, com base na variação média histórica do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), o valor projetado para o décimo ano é de R\$ 285.977,33, resultando em um custo total estimado de R\$ 2.230.820,08 ao final do período de 10 anos.

A contratação plurianual, com reajuste anual vinculado a índice oficial, proporciona previsibilidade orçamentária e maior estabilidade financeira, assegurando que a variação natural dos custos de materiais, mão de obra e insumos do setor seja absorvida de forma gradual e planejada.

Dessa forma, a contratação plurianual mostra-se mais vantajosa por garantir continuidade técnica, economicidade e previsibilidade orçamentária, atendendo aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII) [\[7\]](#)

1. A solução proposta visa garantir a continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização de precisão **Mecalor**, modelos **CPA-U-35-URV-380/CR-60-OE-380 (2 unidades, 10TR cada)** e **CPA-U-18-URV-380/CR-25-OE-380 (2 unidades, 5TR cada)**, totalizando **30TR de capacidade instalada**, localizados no Datacenter e na sala de nobreaks do **TRE-CE**. A manutenção será executada conforme especificações contratuais e técnicas, com o objetivo de assegurar a operação contínua e eficiente desses ambientes críticos, indispensáveis à disponibilidade dos serviços de TIC do Tribunal.
2. A manutenção preventiva será realizada mensalmente, abrangendo atividades como limpeza, calibração e substituição de filtros, de modo a garantir a confiabilidade e a eficiência térmica dos equipamentos. Já as manutenções corretivas serão executadas conforme a necessidade, respeitando prazos adequados para reparos e fornecimento de peças, com previsão de suporte emergencial em até **4 horas para indisponibilidade total** e em até **8 horas para indisponibilidade parcial**, contados da solicitação, conforme disposto no Item III – Requisitos Técnicos de Manutenção deste ETP.
3. O serviço especializado deverá ser executado por empresa com comprovada experiência em climatização de precisão, utilizando ferramentas e metodologias adequadas, indispensáveis para o correto funcionamento dos equipamentos. Este caráter técnico é essencial para evitar falhas que possam comprometer a operação do Datacenter, prevenindo riscos de superaquecimento e consequente perda de dados críticos.
4. A padronização dos sistemas de climatização de precisão em operação no TRE-CE, todos da marca Mecalor, possibilita gestão mais eficiente dos custos operacionais e manutenção uniforme, assegurando maior confiabilidade na operação dos sistemas. Tal solução é a única que atende de forma integral aos requisitos técnicos, legais e operacionais da Justiça Eleitoral, garantindo a segurança e a disponibilidade dos serviços em regime **24 x 7** (vinte e quatro horas, sete dias por semana).
5. A continuidade dos serviços, tomando como referência o contrato vigente (**09/2023**), é imprescindível para a proteção da infraestrutura tecnológica do TRE-CE, garantindo a integridade das informações e a manutenção ininterrupta das operações críticas do Tribunal.

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII) [\[8\]](#)

8.1. Objeto da contratação será adquirido por item?

( ) Sim.

(x ) Não, justifique, caso a contratação seja por lote ou por grupo.

A contratação conjunta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em um único contrato justifica-se pela interdependência entre essas atividades, uma vez que a manutenção preventiva permite identificar e corrigir falhas antes que se tornem críticas, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas, enquanto a manutenção corretiva assegura o restabelecimento imediato da operação em caso de falhas imprevistas. A segregação por item poderia comprometer a eficiência operacional e gerar atrasos no atendimento emergencial, além de dificultar o planejamento integrado das atividades de manutenção e o controle técnico-financeiro da execução contratual. A centralização dos serviços em um único contrato possibilita ainda a padronização de procedimentos, a garantia de fornecimento contínuo de peças e insumos, a manutenção da equipe técnica especializada e certificada pelo fabricante e a otimização de recursos administrativos e financeiros, garantindo a continuidade operacional do Data Center e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

( x) Não.

( ) Sim, justifique a ocorrência das hipóteses previstas no art. 3, Decreto nº 11.462/2023.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX) [\[9\]](#)**

Busca-se com a presente contratação:

9.1. Garantir o funcionamento do parque tecnológico do TRE-CE;

9.2. Prover serviços de alta disponibilidade;

9.3. Aumentar a velocidade de operação com a correta refrigeração dos equipamentos;

9.4. Garantir a estabilidade operacional das comunicações do TRE-CE e suas Zonas Eleitorais no estado;

9.5. Melhorar o desempenho e eficácia no controle das operações;

9.6. Ampliar a vida útil dos equipamentos com a realização das devidas manutenções preventivas;

9.7. Diminuir o tempo de indisponibilidade em casos de manutenção corretiva.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X) [\[10\]](#)**

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

( x) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

( ) Sim.

Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

(x) Não.

( ) Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

( ) Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Administração.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI) [\[11\]](#)**

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.

( x) Sim. Contrato nº 09/2023

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII) [\[12\]](#)**

12.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, em conformidade com a Resolução CNJ nº 400/2021 e demais normativos aplicáveis, incluindo:

12.1.1. Implementar medidas de otimização do consumo de energia, utilizando sensores e ferramentas de análise.

12.1.2. Adotar ações para alcançar maior eficiência térmica, por meio do balanceamento adequado do datacenter e da operação racional dos climatizadores.

12.1.3. Priorizar o uso de fluidos refrigerantes com baixo Potencial de Aquecimento Global (GWP) e sem impacto à camada de ozônio.

12.1.4. Realizar a gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas manutenções, assegurando reciclagem e descarte correto de componentes e fluidos substituídos.

### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII) [\[13\]](#)

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, esta equipe de planejamento **DECLARA SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

*(Assinado eletronicamente)*

Felipe Leão de Araújo  
Chefe SAPRE  
Integrante Demandante

*(Assinado eletronicamente)*

Gladstone Façanha Barbosa Lima  
Téc. Judiciário SAPRE  
Integrante Técnico

*(Assinado eletronicamente)*

Cláudio Emmanuel Dantas Medeiros  
Coordenador COAPA  
Integrante Administrativo

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2026 - TRE/CE**

**ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N.º ..../2026**

**SEI N.º .....**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ...../2026**

Contrato de ..... que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa .....

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por ....., no uso da competência atribuída pela Portaria ....., e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob n.º....., estabelecida na ....., telefone ....., e-mail ....., doravante denominada CONTRATADA, representada por ....., tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º ..... e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE ....., mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. Caso o preço médio de mercado venha a ser inferior ao valor contratado, o gestor do Contrato negociará com a CONTRATADA com vistas a adequar o valor originário ao preço praticado no mercado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da aquisição é de R\$ .....

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/03/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;
- g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;
- i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.
- j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- u) efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico**



de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;

v) assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;

w) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. O CONTRATADO deverá apresentar garantia de execução, optando por uma das seguintes modalidades, em valor correspondente a 10% do valor anual do Contrato:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do Contrato até 3 (três) meses após o término da sua vigência, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.1. A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições de coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste Contrato.

10.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.4. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado a renovar a garantia ou endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO.

10.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.8. No caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

10.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal

10.9.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular da SUSEP n.º 656 de 11 de março de 2022).

10.10. No caso de alteração do valor do Contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10.1 Reforços de garantia inferiores a 5% do valor da garantia inicial poderão ser, a critério do TRE/CE e em homenagem ao princípio da eficiência e da celeridade, juntados em um mesmo procedimento, uma vez atingida a quantia necessária.

10.10.2 Mesmo não atingido o percentual de 5% citado no item 10.13.1, o reforço de garantia será exigido em virtude de eventual prorrogação contratual.

10.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.12. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

10.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12.2. Caso se trate de modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662 de 11 de abril de 2022.

10.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate de título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

10.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

10.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.14.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

10.14.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.14.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.15. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

10.17. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência anexo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quanto este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência dese dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

12.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: ....., no Elemento de Despesa: ....., no Subelemento: .....

13.2. Foi emitida em ....., a Nota de Empenho do tipo ....., identificada pelo número ....., no valor de R\$ .....visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema*.

.....  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2026 - TRE/CE

ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva de 4 climatizadores de precisão do Data Center	mês	12	R\$ 6.565,88	R\$ 78.790,60
2	Manutenção corretiva de climatizadores de precisão do Data Center	und	01	R\$33.000,00	R\$ 33.000,00
VALOR GLOBAL				R\$111.790,60	



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 29/04/2026, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em [https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&d\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0001414397&crc=8A381C7B](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001414397&crc=8A381C7B), informando, caso não preenchido, o código verificador **0001414397** e o código CRC **8A381C7B**.

2026.0.000002468-2

0001414397v2